



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura do Município de Nova Iguaçu
Procuradoria Geral do Município

PUBLICADO NO ZM NOTÍCIAS

EM 07 de Fevereiro de 2008

LEI Nº 3.908, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2008,

"ALTERA A LEI Nº. 3.316/2001, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. O inciso I do art. 16 da Lei nº. 3.316, de 26 de dezembro de 2001, passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 16. (...)
I - cônjuge, após a anulação do casamento, separação judicial, divórcio, ou separação de fato, em que se forme expressa, ou tácita, a perda ou a dispersa da percepção de alimentos;"

Art. 2º. O caput do art. 31 da Lei nº. 3.316, de 26 de dezembro de 2001, passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 31. Os recolhimentos das contribuições, não só dos engajados, como também das respectivas patrocinadoras, far-se-ão até o 30º (trigésimo) dia do mês subsequente aquele a que se referirem, juntamente com as demais consignações destinadas ao PREVIR, tudo acompanhado das correspondentes declarações."

Art. 3º. O caput do art. 47 da Lei nº. 3.316, de 26 de dezembro de 2001, passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 47. O Conselho de Administração é composto de 7 (sete) membros, sendo obrigatória a participação de pelo menos 01 (um) representante dos servidores inativos, com prazo de gestão de 2 (dois) anos, permitida a recondução por uma única vez, sendo: (...)"

Art. 4º. O caput art. 55 da Lei nº. 3.316, de 26 de dezembro de 2001, passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 55. O Conselho Fiscal é composto de 3 (três) membros, ficando obrigatória a participação de pelo menos 01 (um) representante dos servidores inativos, com prazo de gestão de 2 (dois) anos, permitida a recondução por uma única vez, sendo: (...)"

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu, 01 de fevereiro de 2008.

V. L. S.

nº 3356101